

SCHENGEN MILITAR: A EUROPA ENTRE A AMBIÇÃO ESTRATÉGICA E A REALIDADE BRUTAL

Impulsionada pela OTAN, a União Europeia desenvolve um “Schengen Militar” para mobilidade rápida de forças armadas, mas enfrenta desafios de orçamento, unidade e vontade política, revelando a fragilidade estratégica da Europa.

Giuseppe Gagliano*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

A União Europeia está avançando a toda a velocidade na construção daquilo a que Bruxelas chama agora de “Schengen Militar”, um sistema que visa garantir a livre circulação das forças armadas em todo o continente com a mesma fluidez que é atualmente oferecida aos seus cidadãos.

Por trás dessa fórmula atraente, esconde-se um objetivo muito mais profundo: transformar uma Europa burocratizada e fragmentada em uma plataforma logística capaz de movimentar tropas, veículos blindados e mísseis como uma potência militar integrada. Essa ambição deriva menos da vontade europeia do que da pressão constante da OTAN, alarmada desde a anexação da Crimeia e a guerra em Donbass pelas paralisantes demoras de seus Estados-membros.

As lições aprendidas em 2014 e 2015 permanecem um trauma silencioso: se Moscou tivesse decidido, na época, estender seu esforço militar para o oeste, nenhuma linha de defesa coerente poderia ter sido estabelecida a tempo. Os reforços americanos correriam o risco de ficarem retidos em portos europeus por semanas devido a regulamentações nacionais labirínticas, procedimentos diplomáticos arcaicos ou infraestrutura incapaz de suportar a passagem até mesmo de um tanque pesado. Portanto, não se tratava simplesmente de uma questão de falta de soldados, mas de uma incapacidade física de movimentá-los.

O acordo “Schengen Militar”, que Bruxelas pretende finalizar até 2027, é precisamente a resposta a essa falha estrutural. O plano legislativo apresentado em 19 de novembro estipula que os Estados-Membros devem emitir autorizações de trânsito para as forças armadas num prazo máximo de três dias em tempos de paz e em apenas seis horas em situações de emergência. Uma revolução administrativa na teoria, mas cuja eficácia dependerá da capacidade real dos países europeus de coordenar normas e infraestruturas profundamente heterogêneas. Porque, por trás dos *slogans*, a União Europeia está simplesmente implementando requisitos de longa data da OTAN, há muito ignorados e tornados urgentes pela Guerra Russo-Ucraniana. O conceito de reforço militar aliado, que remonta à Guerra Fria, já tinha lançado as bases para esta mobilidade estratégica que a Europa agora se esforça por construir.

Os números ilustram a dimensão do desafio. A Comissão estima que serão necessários 100 bilhões de euros para adaptar pontes, túneis, ferrovias, portos e aeroportos ao enorme número de tanques modernos e comboios blindados. Quinhentos pontos críticos foram identificados ao longo de quatro corredores estratégicos que ligam o norte, o sul, o leste e o centro do continente. Mas o Tribunal de Contas Europeu foi implacável: o orçamento efetivamente alocado à mobilidade militar no âmbito do atual quadro financeiro não chega sequer a dois bilhões de euros, uma quantia irrisória comparada com as necessidades estimadas e já totalmente gasta até 2023. O déficit de financiamento é tão significativo que vários projetos correm o risco de se manterem como meras promessas políticas.

As divergências estratégicas entre os Estados-Membros agravam a situação. O corredor norte, que liga os Países Baixos, a Alemanha e a Polônia à Ucrânia, está

avançando rapidamente porque está alinhado com as prioridades geopolíticas da OTAN. O corredor sul, que envolve a Itália, os Bálcãs e o Mediterrâneo Oriental, continua a ser o primo pobre, apesar da sua importância num contexto em que a instabilidade no Oriente Médio, os fluxos migratórios e a competição naval estão intimamente interligados. Esta assimetria revela uma visão de segurança dominada pela ameaça russa, em detrimento de uma abordagem mais abrangente que incluía a fronteira sul da Europa.

Dois comandos da OTAN ilustram essa mudança rumo a uma Europa baseada em plataformas: o Comando Conjunto de Norfolk, responsável por garantir as ligações transatlânticas, e o Comando Conjunto de Apoio e Habilitação na Alemanha, responsável por coordenar a movimentação de forças através das fronteiras europeias. Esses comandos, muito mais do que Bruxelas, estão definindo a lógica operacional do futuro espaço para a mobilidade militar. Suas missões demonstram a necessidade de integrar os recursos civis e militares do continente quase automaticamente em um vasto contínuo logístico, capaz de projetar forças rapidamente em caso de crise no leste. A Europa, que ainda luta para coordenar suas frotas ferroviárias civis, se vê, portanto, obrigada a organizar a transferência de tanques, mísseis e brigadas inteiras entre portos nórdicos, estações ferroviárias alemãs e redes rodoviárias polonesas.

Contudo, por trás dessa ambição, esconde-se uma realidade mais sombria: a Europa carece dos recursos financeiros, da vontade política e da unidade estratégica necessários para transformar esse projeto em uma capacidade viável até 2027. A ideia de um “*pool de solidariedade*” que forneça balsas, trens militares ou aeronaves de transporte parece atraente no papel, mas a história da defesa europeia está repleta de iniciativas semelhantes que fracassaram devido à falta de recursos e de vontade política. Cada Estado protege zelosamente sua infraestrutura crítica, suas autoridades nacionais e uma soberania logística que se torna o último refúgio em um mundo instável.

E, no entanto, tudo indica que a Europa não tem mais tempo para hesitações políticas. Os alertas vêm agora de Berlim, onde a paz perpétua já foi um sonho. O ministro da Defesa, Boris Pistorius, afirma que a Alemanha deve estar preparada para a guerra até 2029. O tenente-general Alexander Sollfrank, figura influente na

OTAN, vai além, declarando que a Rússia pode atacar “*a qualquer momento*”. Esses alarmes, que teriam sido considerados excessivos há 10 anos, estão agora sendo usados como argumento para acelerar um projeto que a Europa não escolheu livremente, mas que não pode mais adiar.

Na verdade, o “Schengen Militar” não é um mero arranjo logístico: é um reflexo gritante da impotência estratégica europeia. Mostra que a União só é capaz de agir quando pressionada por uma estratégia externa e, muitas vezes, segundo prioridades que não são suas. Expõe também a fragmentação de um continente que investe maciçamente em defesa sem ter um centro decisório unificado. E revela uma contradição fundamental: querer se preparar para um grande conflito sem ainda ter construído as bases materiais e políticas necessárias para preveni-lo ou dissuadi-lo.

A pergunta final, feita com clareza por muitos militares europeus, ressoa como um alerta: se a Europa realmente acredita que precisa enfrentar um grande conflito na próxima década, por que persiste em se preparar para ele com ferramentas obsoletas e ilusões pré-guerra? Mobilidade militar sem soberania e sem visão jamais criará segurança duradoura. Isso só irá expor ainda mais uma Europa já vulnerável em um mundo cada vez mais hostil.

Publicado no [Le Diplomate.Media](#).

**Giuseppe Gagliano é presidente do Centro Studi Strategici Carlo de Cristoforis, em Como, Itália. É membro do comitê internacional de assessores científicos do Centre Français de Recherche sur le Renseignement (Cf2R).*
